



COOPERAPIZ



## CARTA ABERTA/DENUNCIA ÀS AUTORIDADES E AO POVO BRASILEIRO

Rondolândia, 19 de abril de 2024

O Cacique Geral do Povo Zoró, o Presidente da Associação do Povo Indígena Zoró - APIZ e da Cooperativa de Produção do Povo Zoró - COOPERAPIZ, Lideranças e Comunidades Indígenas das 32 aldeias da T.I Zoró vem em público **Denunciar os Desmandos e Retrocessos** na **Política de Proteção Territorial e Ambiental** das terras e dos povos indígenas do Brasil orquestrados pelo próprio Estado Brasileiro o qual tem o dever institucional e moral de proteger a nós e aos nossos territórios. Na contramão disso, ainda no apagar das luzes do Desgoverno de Jair Bolsonaro, não bastasse as violências motivadas contra os povos indígenas, **Jair Bolsonaro deixou legados de destruição e morte em nome do Progresso, Deus, Pátria e Família.**

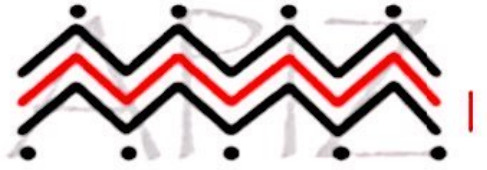
Nós povo Zoró vimos sofrendo diversas formas de agressões, que tem se intensificado desde que ainda no Governo Bolsonaro foram protocoladas autorizações junto a Agência Nacional de Mineração (ANM) para pesquisa e exploração de minérios em nossa terra, esta autorização veio a se concretizar em janeiro deste ano, e mesmo antes disso, os Zoró já vinha denunciando os crimes ambientais, invasão madeireira e garimpeira dentro do território, sem nenhuma medida de efeito por parte do Governo para frear tal situação. Somente agora, após a publicação da matéria feita da repórter Letycia Bond –da Agência Brasil é que os Zoró tiveram conhecimento de que os garimpeiros que circulam suas terras livremente estão abonados pela autorização emitida pela ANM, em vigor desde 15 de março de 2024, o que explica que mesmo antes, desde o ano de 2021 os garimpeiros já estavam presentes no território possivelmente assegurados da certeza na obtenção da autorização.

O flagrante desrespeito e violação dos direitos e a integridade física, cultural do povo Zoró não passou de uma trama muito bem articulada pelo então presidente do desgoverno brasileiro Jair Bolsonaro e possivelmente com anuência e interesses de sua base política do Estado de Mato Grosso, de forma arbitrária e criminosa, ignorou absolutamente o Estatuto dos Povos Indígenas, a Constituição Federal Brasileira, a Convenção 169 da OIT e todo tipo de violação aos Direitos Humanos uma vez que a partir da presença desses invasores na terra Zoró várias lideranças passaram a receber ameaças, a ter veículos incendiados, suas casas invadidas, tiros em direção as casas e aldeias, tentativa de criminalização de líderes indígenas defensores da causa indígena e da floresta e enquanto isto seguimos presenciando a inação do Estado Brasileiro, das forças de segurança, dos órgãos ambientais e até mesmo do órgão indigenista oficial, a FUNAI.

Copiaremos aqui trechos da matéria da Agência Brasil para que todos possam concluir que os crimes contra o povo Zoró foi planejado e amplamente executado pelo próprio Governo Federal e do Estado de Mato Grosso.



COOPERAPIZ



<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/indigenas-zoro-denunciam-aumento-de-ameacas-com-chegada-de-garimpeiros>

**“Conforme apurou a Agência Brasil, o alvará de pesquisa - documento concedido pela ANM para a realização de trabalhos para definir uma jazida - foi apresentado em 2021 e foi aprovado somente em janeiro deste ano. Com validade até janeiro de 2027 (podendo ser prorrogado por mais quatro anos), o alvará foi concedido à Quiuqui Mineração Ltda, registrada como atuante no ramo de extração de areia e cascalho e atualmente com CNPJ baixado, ou seja, que indica encerramento de atividades. A autorização libera o livre trânsito de garimpeiros por 195 hectares do território. A Terra Indígena Zoró tem 356 mil hectares de área total.**

**O documento foi concedido pelo gerente da ANM no estado, Levi Saliés Filho - designado ao cargo em novembro de 2021, pouco antes de o requerimento para obtenção do alvará de pesquisa ser apresentado.**

**Em 2022, o governo de Jair Bolsonaro modificou a legislação e estendeu a validade de autorizações como o alvará de pesquisa. A alteração foi feita pela Lei nº 14.514, que garantiu concessões de quatro anos aos garimpeiros e mineradoras, prorrogáveis por igual período. A norma alterou diversos aspectos do chamado Código de Mineração.**

Não resta dúvida que esta violência foi projetada e executada pelo Estado Brasileiro, dado a isto Vimos em Público exigir a **CASSAÇÃO** de toda e qualquer licença concedida à qualquer tipo de exploração ou pesquisa na terra indígena Zoró, a punição e responsabilização dos responsáveis pelos danos já causados ao povo Zoró, incluindo ex presidente da republica Jair Messias Bolsonaro, o então gerente da ANM no estado, Levi Saliés Filho - designado ao cargo em novembro de 2021 e o Governo do Estado de Mato Grosso pela inércia nas obrigações de fiscalização de crimes ambiental e contra a vida do povo Zoró.

**Rogamos à todas as instituições indígena, indigenistas e ambientalistas entre outras que defendem a causa indígena unam-se a nós em busca de JUSTIÇA e façam repercutir o nosso GRITO DE SOCORRO.**